

EDUCAÇÃO, UTOPIA E DISTOPIA: A CONSTRUÇÃO DE LA PLATA E BELO HORIZONTE (1882-1897)

Frederico Alves Lopes¹

RESUMO

O que são as cidades? As cidades são histórias vivas, como aponta Ítalo Calvino. O presente trabalho em andamento objetiva investigar duas cidades singulares: La Plata e Belo Horizonte. A definição de investigar as duas cidades capitais se justifica pela semelhança histórica e arquitetônica: La Plata e Belo Horizonte são as duas primeiras cidades latinoamericanas a serem planejadas e construídas com base no paradigma urbanístico moderno, sob o tripé higienismo-racionalidade-sanitarismo. A metodologia se baseia em uma abordagem histórica de investigação, a partir de dois instrumentos de pesquisa: 1) revisão bibliográfica; e, 2) pesquisa documental. Os resultados parciais nos levam a concluir que La Plata e Belo Horizonte podem ser consideradas cidades utópicas e distópicas, planejadas e construídas com vistas a um ideal, não obstante, mais de um século depois, precisam se reinventar, pois a utopia apresenta seus limites e contradições.

Palavras-chave: Belo Horizonte, La Plata, Utopia, Distopia, Educação.

RESUMEN

¿Qué son las ciudades? Las ciudades son historias vivas, como señala Ítalo Calvino. Este trabajo en curso tiene como objetivo investigar dos ciudades únicas: La Plata y Belo Horizonte. La decisión de investigar las dos capitales se justifica por la similitud histórica y arquitectónica: La Plata y Belo Horizonte son las dos primeras ciudades latinoamericanas planificadas y construidas con base en el paradigma urbano moderno, bajo el trípode higienismo-racionalidad-sanitarismo. La metodología se basa en un enfoque de investigación histórica, utilizando dos instrumentos de investigación: 1) revisión bibliográfica; y, 2) investigación documental. Los resultados parciales nos llevan a concluir que La Plata y Belo Horizonte pueden ser consideradas ciudades utópicas y distópicas, planificadas y construidas con miras a un ideal, sin embargo, más de un siglo después, necesitan reinventarse, pues la utopía tiene sus límites y contradicciones.

Palabras clave: Belo Horizonte, La Plata, Utopía, Distopía, Educación.

¹ Doutorando Latino-Americano em Educação (DLA/FaE/UFMG). Professor na UEMG Cláudio. Trabalho fruto do doutorado em andamento. Financiamento PCRH Fapemig e Papev/UEMG.

INTRODUÇÃO

O historiador Lewis Mumford (2008 [1982]) publicou um dos maiores tratados sobre cidades já conhecido: “A cidade na história”. Nos seus dezoito capítulos, somando mais de oitocentas páginas, o estadunidense disserta sobre origens e transformações das cidades helênicas, romanas, cidades-estados italianas, capitais europeias e metrópoles mundiais. Sobre cidades latino-americanas nenhuma página.

A invisibilidade historiográfica de Abya Ayla¹ não é exclusiva no campo citadino, mas se estrutura no próprio fazer científico. No fundo é como se a ciência fosse propedeuticamente europeia, o restante do globo se contenta em produzir saberes. Eles têm arte, nós artesanato. Elês têm idiomas, nós dialetos. Eles detêm cultura (do alemão kultur), nós costumes. O “ar da cidade liberta” (Stadtluft macht frei), desde que seja um ar citadino europeu.

A modernização eurocêntrica, de acordo com Anibal Quijano (2005), se autodenominou “civilizada” e a partir desse ideal, disseminou o modelo dos estados-nações-europeus como sendo a única organização social possível para o desenvolvimento dos povos. A Europa impôs de forma violenta o domínio colonial sobre as regiões e populações do planeta, se tornando conhecida por seu “sistema mundo” (WALLERSTEIN, 2005): hegemonia e controle do tempo, espaço, produção, subjetividades, cultura e, em especial, do conhecimento e do cultivo deste.

A partir da repressão violenta, profunda e duradora para índios e negros – tidos como subcultura, iletrados e despojados de herança cultural, o continente europeu reprimiu as formas de produção de conhecimento dos ditos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, de universo simbólico, de expressão e objetivação das subjetividades. As nações europeias forçaram os colonizados a aprender a cultura dos dominadores, inclusive a classificação etnocêntrica do termo raça (QUIJANO, 2005).

Os europeus geraram uma nova perspectiva cultural e temporal da história e re-situaram os povos colonizados, bem como suas respectivas histórias e culturas, no passado de uma trajetória histórica, cuja culminação era a Europa (QUIJANO, 2005 p.111).

Ou seja, os europeus ocidentais pensavam-se (e pensam) como os modernos da humanidade e de sua história, sentiam-se superiores e portadores exclusivos da modernidade. As outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as

outras formas de conhecimento, foram transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas (VEIGA, 2019).

Este ensaio objetiva inserir-se em um movimento mais amplo de construir alternativas historiográficas ao colonialismo eurocêntrico, trazendo luz para duas cidades singulares: Belo Horizonte e La Plata. Duas cidades latino-americanas que surgiram ao final do século XIX, planejadas antes de serem construídas, através de uma idealização urbana higiênica, geométrica, republicana, na tentativa de serem também modernas.

Como foco de temática de doutorado é, desta maneira, um estudo que busca investigar as semelhanças e singularidades do surgimento das capitais do estado de Minas Gerais (Brasil) e da província de Buenos Aires (Argentina).

Tal delimitação do objeto vem da necessidade de compreender a imbricada relação entre o surgimento das cidades-capitais – através do urbanismo moderno – e a formulação do novo cidadão – objetivo da pedagogia moderna -, ambos forjados sobre a aura republicana que se instala na realidade social argentina e brasileira naquele período.

LA PLATA Y EL MILAGRE DE LA HISTÓRIA

Fundadas em 1884 e 1897, La Plata e Belo Horizonte, respectivamente, foram, antes de tudo, cidades imaginadas. Construídas para serem capitais - a primeira, para a província de Buenos Aires; a segunda, para o estado de Minas Gerais - foram elas sonhadas para afirmar o processo de modernização, pelo qual passavam as repúblicas argentina e brasileira no final do século XIX.

La Plata surge para ser a capital da província de Buenos Aires, após o conflito com o poder nacional, deixando a cidade de Buenos Aires exclusivamente como capital nacional, devendo a província construir uma nova capital; Belo Horizonte, por sua vez, é criada para substituir Ouro Preto, deixando para trás o passado escravocrata e colonial mineiro. Desde modo, elas sustentam em seus planos o sonho de cidades harmônicas e ideais, materialidades do progresso que a virada do século almejava, anúncios de novos tempos, tempos modernos.

Localizado na Província de Buenos Aires, o município de La Plata, construído nos anos finais do século XIX, tornou-se um dos projetos urbanísticos de maior grandeza e sucesso na América Latina daqueles tempos. Sonho antigo, anos após a Independência da Argentina, os governos provinciais foram instituídos, fixando-se deputados e governadores para cada região. Desde modo a cidade de Buenos Aires, a mais importante da Argentina,

tomou-se um conflito, governo provincial e central passaram a disputar a hegemonia política na capital portenha.

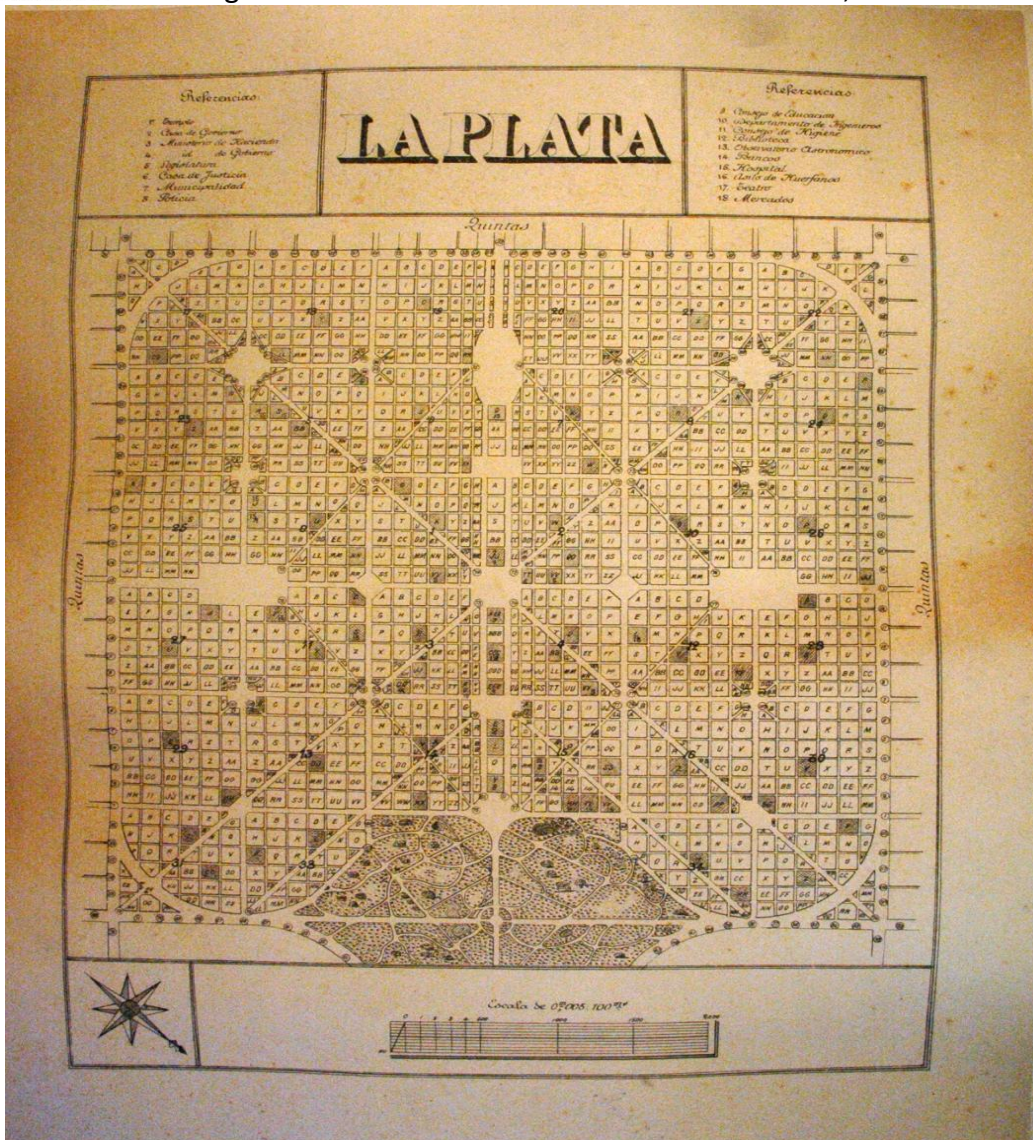
Para solucionar a questão tinham-se duas soluções possíveis: a criação de uma nova capital para a província ou a construção de uma nova capital para o país. Contudo, nenhum dos lados “dava o braço a torcer”, mantendo-se assim a confusão do controle da nação com o da província.

Nada obstante, não houve acordo. A situação se agravou até que em meados de junho de 1880 a crise política extrapolou para conflitos armados. De um lado, a milícia provinciana, liderada pelo governador Carlos Tejedor, e de outro, as forças nacionais, com o general Julio Roca à frente. Depois de vários combates o conflito se intensifica. Sabato apud Mader (2011, p. 174) aponta que no dia 21 de junho durante mais de dez horas os dois exércitos se enfrentaram nas margens da cidade, entre muitos mortos e feridos, os dois lados se intitularam vitoriosos. “Poucos dias depois a paz foi firmada, confirmando a derrota dos rebeldes portenhos. A província sofreu intervenção, a capital foi finalmente federalizada e as milícias colocadas sob o comando nacional”, chegando ao fim o ciclo de resistências locais.

A província teve assim que transferir sua capital. De prontidão, a partir de 1881, iniciaram-se os trabalhos para a escolha da nova capital. Dardo Rocha (1838-1921) acabara de assumir o governo da Província de Buenos Aires e tomou uma série de iniciativas para a concretização da empreitada até o final do seu mandato. Assim se fez o primeiro ato: criação da Comisión de La Capital, formada por políticos, engenheiros, advogados e médicos higienistas, sob a coordenação do arquiteto Pedro Simon del Corazón Jesús Benoit, para projetar, desenhar e construir a nova capital (ARRAIS, 2009, p. 66).




Figura 1 - Plano fundacional da cidade de La Plata, 1883



Fonte: Vistas de La Plata. Biblioteca Nacional Argentina.

O desenho final, elaborado pelo arquiteto Benoit, consistia num quadrado perfeito formado pelo traçado da Avenida de Circunvalación, um grande boulevard, com mais de cinco quilômetros de extensão que circula toda a margem da cidade. No plano geral um quadriculado de trinta e seis quarteirões, tal como a tradição da Lei das Índias, superposto por outro quadriculado, em diagonal. Duas grandes avenidas em diagonais, com trinta metros de largura, permitem ligar as distancias extremas da cidade, de um lado a saída para o porto, e do outro a saída para Buenos Aires. A interseção das duas avenidas define o centro geográfico da cidade - a Piazza Moreno, formada pela Casa de Gobierno ao lado da Catedral. Mais quatro avenidas em diagonais menores, cada uma com dezoito metros de largura,



formam um losango, disposto no centro do perímetro urbano, interligando o bosque da cidade e mais três grandes praças (ARRAIS, 2009).

O plano da Ciudad de Las Diagonais possuía ainda vinte praças e quatro parques, sendo um deles o grande bosque. O espaço verde aumenta com a arborização dos boulevares e ruas, totalizando em La Plata o projeto de uma cidade higiênica, com boas condições de clima e ar. Vale destacar que a higiene pública passa a ser central no último terço do século XIX, muito por conta das grandes epidemias – vide a febre amarela em Buenos Aires (1871), - e da expansão do pensamento positivista aplicado ao desenvolvimento urbano e social (como por exemplo, nas reformas de Paris, Barcelona e Nova Iorque). “O higienismo médico reclamará por ventilação urbana, serviços de saneamento, espaços verdes e provisão de água segundo critérios científicos” (GUTIÉRREZ, 2013, p.146). Bonastra (1999) aponta que desde a escolha do local para a construção da cidade via-se uma prescrição higienista: “se buscó un paraje de acuerdo con los preceptos higiénicos, realizó una detallada topografía médica del terreno teniendo en cuenta el clima, los vientos dominantes, la calidad de los terrenos y del agua.” A medicina veio a se juntar ao urbanismo, formando um pensamento médico, sanitaria, higiênico aplicado ao desenvolvimento da cidade.

O pensamento higienista veio, sobretudo, do academicismo francês, balizado pelas reformas empreendidas pelo barão Georges-Eugène Haussmann, em Paris, entre as décadas de 1850 e 1870, durante a administração de Napoleão terceiro. O projeto haussmanneano está pautado no tripé higiene-razionalidade-modernidade. Não obstante, é preciso apontar outras influências no projeto argentino, tal como a tradição hispânica e estadunidense, mas também Londres e, além disso, Versalhes, através da combinação do traçado diagonal e ortogonal e da multiplicação de espaços verdes (GUTIÉRREZ, 2013).

Quanto aos conjuntos arquitetônicos, os prédios públicos foram escolhidos em concursos internacionais, vencidos por arquitetos alemães. Muitos deles tomam um quarteirão inteiro, em espécie de monumento, sendo os mais importantes construídos no meio do plano, ao longo das avenidas 51 e 53, local denominado Eixo Cívico. Aqui se encontram os prédios, além da Catedral e da Municipalidade, o da Legislatura, dos Bombeiros, da Casa do Governo, do Ministério da Fazenda, entre alguns outros. Tanto os projetos ganhadores do concurso quanto os desenhados pela equipe de Benoit optaram predominantemente pelo estilo eclético (BARROS, 2005).

Por sua diversificação arquitetônica, de variados estilos, fica difícil estabelecer uma unidade no plano platense, o que acabou por gerar um clima cosmopolita. Cosmopolitismo

ecletismo que contribuíram, nas palavras de Gutiérrez (2013, p.159), em constituir La Plata numa cidade mais “européia” que qualquer outra da Europa (sic). Cosmopolitismo e ecletismo que formam também imagens de tolerância migratória e de uma vanguarda: “cidade do futuro”. De fato, nos primeiros anos da cidade, o Censo realizado aponta uma população formada majoritariamente por imigrantes, sobretudo italiana, isso devido à falta de mão-de-obra para a construção da cidade, o que gerou incentivo à imigração massiva de europeus.

Os trabalhos de construção da cidade iniciaram-se em 1882, data da sua fundação, e dois anos depois a cidade foi inaugurada. Eficiência e rapidez que chamaram atenção, conseguindo o governador Dardo Rocha cumprir seu projeto de transferência da nova capital provinciana até o final do mandato. Planejada inicialmente para uma população de duzentas mil pessoas, La Plata, seis anos após a sua inauguração já contabilizava sessenta mil habitantes, em sua maioria homens, operários da própria cidade (BARROS, 2005).

Mirando La Plata muitos se deslumbraram, tal como Corvetto, que afirmou: "La característica actual argentina es el poder de creación, cuya revelación es La Plata, con el nuevo puerto de la Ensenada, todo un milagro en la historia" (CORVETTO apud NICOLINI, 1885, p. 46).

A CIDADE DE MINAS

A construção de Belo Horizonte, por sua vez, se relaciona a um momento especial da história brasileira. Anos antes ocorrera a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889), com o Brasil banindo assim os últimos grandes significantes do seu passado colonial e imperial, mesmo que na prática as consequências tenham sido menos manifestas. Assim, o Brasil corria para se apresentar ao novo século como uma nação moderna e republicana. Através das rearticulações com o governo central, as oligarquias regionais conseguiram manter e reestruturar os seus respectivos poderes político e econômico. Em Minas Gerais o projeto político republicano converge na pressão de se abandonar a antiga capital colonial (Ouro Preto), para a construção de uma nova capital no estado - moderna e utópica (BARROS, 2004).

Contudo, no estado de Minas Gerais a mudança de capital não era um consenso formado. Políticos conservadores com ligação a Ouro Preto lutavam para manter a cidade colonial como capital. Oligarcas da cafeicultura e do transporte, das regiões da Mata e do

Seus motores econômicos do estado, barganhavam e exerciam poder de “mando político” para levar a capital para suas localidades (ARRAIS, 2009, p. 69). Várias forças atuaram na tentativa de controlar o caminho a seguir as Minas Gerais: fundar uma cidade planejada com rigor arquitetônico e geométrico, diferente da realidade colonial; ou, continuar em Ouro Preto a capital, cidade histórica, força do desenvolvimento no ciclo do ouro?

Barros (2004) aponta que durante trinta meses o debate em volta da localidade da nova capital tornou-se questão perene dos políticos mineiros. Cinco localidades no total pleiteavam tornar-se a nova capital: Barbacena, Juiz de Fora, Várzea do Marçal, Paraúna e Arraial de Belo Horizonte (anteriormente denominado Curral d'El-Rey).

Em um estudo inédito no Brasil, realizado pelo engenheiro Aarão Reis a pedido do governador Afonso Pena, foi detidamente avaliada a potencialidade de cada uma dessas localidades em termos (tal como em La Plata), de salubridade, facilidades para a construção em geral e possibilidades de abastecimento, iluminação e articulação viária, bem como os custos demandados para a implantação da nova capital em cada uma delas. Como resultado a comissão concluiu que Arraial de Belo Horizonte e Várzea do Marçal atendiam às exigências para a implantação da nova capital, sendo Várzea do Marçal considerada mais adequada por já possuir ligação com a rede ferroviária.

Todavia, a decisão caberia ao Congresso Mineiro. Em fins de julho de 1893, foi formada no Congresso uma comissão para emitir um parecer e apresentar um projeto sobre o local mais conveniente à edificação da nova capital, tendo como base o estudo de Aarão Reis. Como os trabalhos do Congresso se encerrariam naqueles dias, não haveria tempo útil para a discussão do trabalho realizado pela comissão. Neste sentido, foi convocada uma sessão extraordinária para novembro na cidade de Barbacena. A transferência também foi justificada devido à situação tensa em que se encontrava a cidade de Ouro Preto, fórum de atuação e pressão dos antimudancistas.

No final, por questões políticas, o Congresso Mineiro acabou escolhendo a localidade de Belo Horizonte para a implantação da nova capital, com um prazo estabelecido de quatro anos para a sua construção. A vitória apertada (30 votos favoráveis a Belo Horizonte contra 28 favoráveis a Várzea do Marçal) demonstra a intensidade dos debates naquela sessão e entre os grupos sócio-políticos que os apoiavam. Belo Horizonte, por se encontrar no centro do estado estava isenta das disputas regionais. Além disso, outro fator explica sua vitória: o apoio dos antimudancistas, que acreditavam, como último recurso, na

inviabilidade econômica e estrutural da transferência, apoiando Belo Horizonte na expectativa da capital continuar sendo Ouro Preto (ARRAIS, 2009).

Vale destacar que a questão da construção da nova capital extrapolou a discussão entre políticos, abrangendo, não toda, mas grande parte da sociedade mineira. Veiculadores de ideologias, os jornais participaram ativamente do debate. Arruda (2012) detalha que o jornal O Pharol tornou-se líder em propaganda pela mudança da capital mineira. Em suas publicações o jornal sugeria que o estado de Minas seguisse o exemplo da província de Buenos Aires e construísse uma nova capital. La Plata passa a ser assim representada como sinônimo de beleza, salubridade e comodidade: esta cidade é “a mais bella talvez de todas as cidades americanas” (O Pharol, 15 jan. 1890 apud ARRUDA, 2012, p. 108). Se Buenos Aires conseguiu, Minas também podia trilhar seu caminho utópico e moderno, pois Minas Gerais não era inferior, “sob nenhum aspecto”, à província de Buenos Aires (idem).

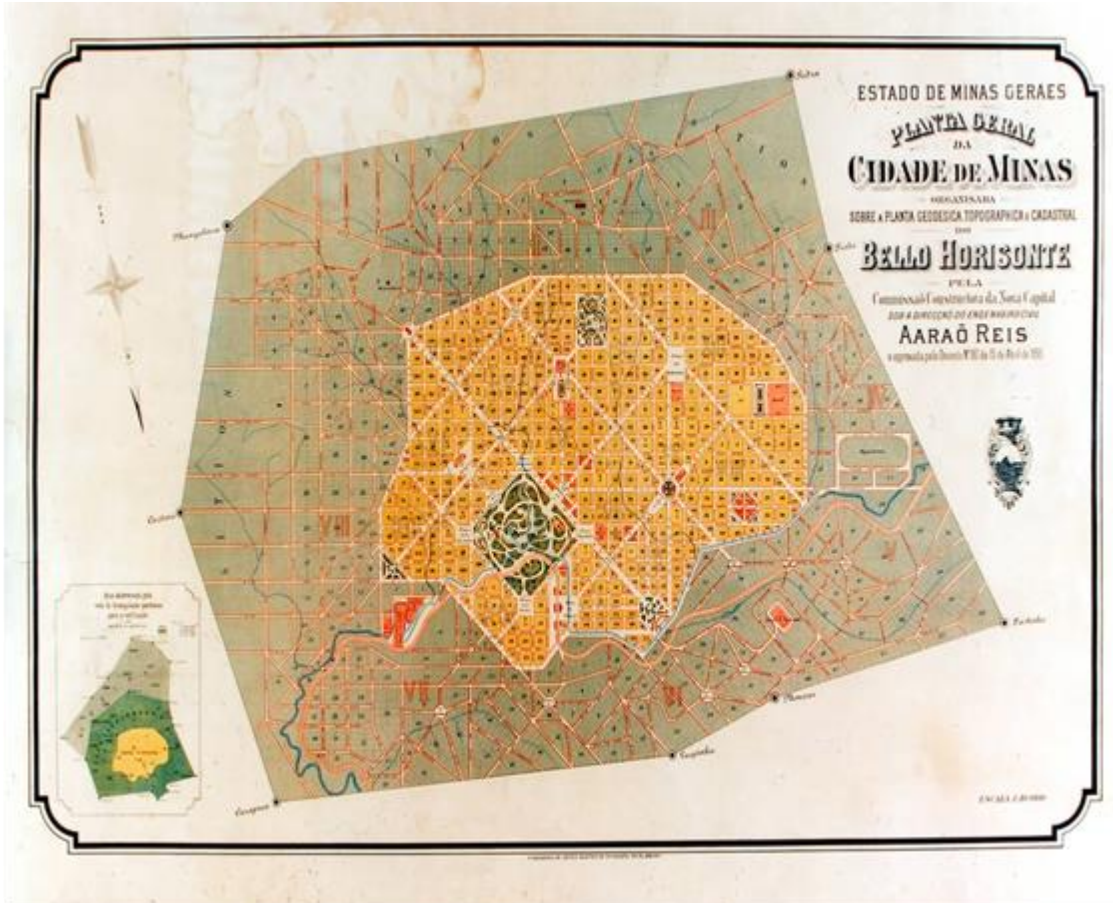
Contudo, imagens negativas da urbe platense também eram veiculadas pelos jornais. O Correio da Noite, jornal ouro-pretano, abriu seu editorial alertando: “O caso é que uns patriotas conceberam a ideia de uma La Plata para Minas. A questão da mudança da capital já não resume, pois, senão em apetites de la plata.” (Correio da Noite, 17 jan. 1890 apud ARRUDA, 2012, 108). O Jornal de Minas, por sua vez, afirmava que La Plata, “[...] ao passo que não attrahiu população nacional, foi convertida em grande colônia de estrangeiros” (idem). E de fato, nos seus primeiros anos de existência, a maioria da população de La Plata era composta por estrangeiros, contudo, muito por conta da política de incentivo imigratório.

Percebe-se que La Plata serviu de modelo para a construção de Belo Horizonte, ora para ser descartada, outras para ser seguida. Mas Aarão Reis buscou não somente em La Plata suas inspirações. O plano elaborado para Belo Horizonte resume boa parte da cultura técnica e das preocupações estéticas do século 19 relativas à cidade. Seu traçado denota relação com o plano de l'Enfant para Washington e da reforma realizada por Haussmann em Paris. Fervoroso adepto do positivismo, Reis buscou estruturar sua proposta em sintonia com os avanços da ciência e da técnica de seu tempo, que ele buscava acompanhar de perto. Para ele, o planejamento da cidade deveria "obedecer às mais severas indicações e exigências modernas da hygiene, conforto, elegancia e embellezamento" (BARROS, 2005).

Em 1895 a planta geral da capital é apresentada: de substituição da desordem urbana gerada pela imprevisibilidade e conflitos dos atores urbanos das cidades industrializadas, pela gestão técnica e racional do espaço. Nas ideias de Aarão Reis era necessário “traçar

com a régua e o compasso uma ordem social harmônica, unitária, onde não haveria lugar para a chamada desordem urbana” (OLIVEIRA apud PASSOS, 2009, p.11).

Figura 5 - Planta da Cidade de Minas, circunscrita pela Avenida do Contorno, 1895.



Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto.

As ruas, criteriosamente mensuradas, formando quarteirões regulares, desenhavam um traçado semelhante a um tabuleiro de xadrez. A malha urbana retilínea era pontuada por algumas praças, das quais se irradiavam avenidas longas e largas, que cruzavam, em diagonal, os pontos extremos da cidade. Uma área de 51.220.804 m² foi dividida em 27 triângulos, que passaram a ser designados por secções. O zoneamento funcionava como instrumento fundamental para o controle da cidade (JULIÃO apud BARROS, 2004).

O plano da cidade que propôs Aarão Reis e sua equipe foi pensado para abrigar, semelhante à La Plata, uma população em torno de 200.000 habitantes. Uma avenida de contorno com uma largura de 35 metros, tal como *la Circunvalación* platense, marcava o limite entre as zonas urbana e suburbana.

A zona urbana caracterizava-se por um traçado geométrico - com o qual se retomava a tradição do traçado em xadrez em cidades construídas *ex-nihilo* - sendo o cruzamento das

vias em ângulo reto interrompido por diagonais a 45 graus. Uma grande avenida de 50 metros de largura atravessava a cidade de Norte a Sul (a atual Avenida Afonso Pena), no interior do anel de contorno.

Semelhante à importância do grande Bosque em La Plata, em Belo Horizonte particular interesse foi concedido às áreas verdes e ao paisagismo, propondo-se um grande parque em posição central – O atual Parque Municipal Américo Renné Giannetti. As ruas foram dimensionadas com 20 metros de largura e com um renque de árvores ao meio; as avenidas com 35 metros de largura e árvores nas laterais. A zona urbana articulava-se em torno de um centro administrativo formado pelo palácio do governo e pelas secretarias, junto ao qual desenvolvia-se o bairro dos Funcionários. Fazia parte ainda da zona urbana, o Bairro Comercial, conjugando as praças do Mercado e da Estação, os palácios do Congresso e da Justiça, a Municipalidade, uma capela, um hotel, escolas, hospital e jardim zoológico.

Pois bem, ao fim, no dia doze de dezembro de 1897 estava inaugurada a nova capital das Minas Gerais: cidade construída sob moldes ditos modernos e republicanos, com seu distinto belo horizonte.

Riscada a cidade, inaugurada ainda em obras, até os nomes de seus espaços planejados deveriam fazer ecoar os significados do discurso republicano: as avenidas grandes e largas receberam os nomes de grandes rios (Amazonas, Paraná, Tocantins, Paraíba); as ruas dentro do perímetro urbano recebem os nomes dos estados dispostos seqüencialmente em paralelismo diagonal; outras homenagearam os índios dos tempos heróicos dos jesuítas: Tupinambás, Tamoios, Guajajaras, Guaicurus etc; os bandeirantes, os primeiros governadores (Dias Adorno, Tomé de Souza), os poetas e Inconfidentes (Tomás Gonzaga, Cláudio Manuel, Gonçalves Dias, Rua dos Inconfidentes); e, por fim, nenhum nome de santo, pois não era do feitio positivista e republicano (MELLO *apud* BARROS, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aproximar as capitais - mineira e bonaerense – a partir deste momento, faz-se necessário para enfatizar a história do processo de tentativa de modernização das duas regiões latino-americanas, permitindo compreender suas singularidades e semelhanças, fixando, como pano de fundo, as duas capitais como utopias concretas (BLOCH, 2005), e as contradições e limites postos desde o momento de suas fundações.

Nesse aspecto destoam na planta da cidade a efetivação de duas formas diferenciadas de alocação da população: a 'cidade de privilégios', com arruamentos modernos, infraestrutura urbana, edifícios suntuosos, população proprietária e civilizada, identificada principalmente pelos comerciantes e funcionários públicos e a 'cidade de provisoriiedades' de recorte irregular, de ausência de equipamentos modernos, das cafuas e casebres, habitadas pelas



camadas 'mais ínfimas da sociedade', de hábitos grotescos - um problema para as elites políticas e um temor em potencial para a área urbana racionalizada (VEIGA, 2002, p. 328).

José Márcio Barros (2005), antropólogo que também realizou um trabalho de comparação entre as duas cidades latino-americanas, assim se expressa quanto aos muros platense e belo-horizontino:

Belo Horizonte e La Plata nasceram com uma contiguidade repartida, meio que divididas em duas, cortadas por avenidas que separavam e emolduravam a conformação da zona suburbana e rural. São avenidas que configuravam os ideais fundantes de uma nova cultura e comunicação moderna (BARROS, 2005, p. 19).

As respectivas avenidas representam ideais modernos, sobretudo a partir da preocupação da mobilidade urbana. Contudo, existe, também, uma clara inquietação com a “defesa” da cidade, expressada no controle daquilo que está fora, daqueles que não são habitantes da urbanidade da capital. No caso aqui examinado, duas avenidas, duas “fronteiras” foram estabelecidas, mas sob o símbolo da ambiguidade: Contorno e Circunvalación são limites, mas também bulevares; são “muralhas”, mas também vias de circulação e de comunicação (BARROS, 2005, p. 18).

Neste ensaio, busca-se um recorte geográfico, no caso, Belo Horizonte e La Plata; além do recorte histórico, o momento específico de construção das duas cidades (1884 e 1897). Deste modo, têm-se o objeto de investigação delimitado histórico e geograficamente, na tentativa de problematizar a utopia moderna de ambas as cidades-capitais, pois como diria Miguel Arroyo (1997, p. 37), a certeza de que não é suficiente "planejar uma cidade na racionalidade moderna para ser moderna, que este processo passa pela capacidade política e cultural de acolher e processar as reivindicações dos cidadãos”, buscando-se incorporá-los também “como sujeitos de direitos” (ibdem).

Partimos das indagações: o que significa a cidade? Qual a sua razão antropológica, aquilo que nos leva a fundá-las, reunir e viver nelas?

Com início pelo termo em latim civitas, o vocábulo cidade originalmente denota “condição ou direitos dos cidadãos”. A palavra grega urbs, por sua vez, abrange seu aspecto material, urbanístico da cidade, com seu traçado urbano das ruas, casas, praças e palacetes. “De forma sintética a palavra “cidade” congrega duas dimensões: polis/civitas e a urbs. “Por polis (grego) ou civitas (latim) a cidade é entendida como a reunião das pessoas num agrupamento coletivo, em torno de um Bem Comum e de uma origem”, um presente e um destino que se quer compartilhados (BRANDÃO, 2013, p. 38). Assim, essa primeira

dimensão representa o aspecto sociopolítico da organização dos moradores enquanto cidadãos. A outra dimensão, a Urbs, “é o termo que usamos para designar o espaço e os edifícios que construímos para dar lugar a essa reunião” (ibdem). Ou seja, erguemos a cidade, seus espaços e edifícios, como um local para “encontrarmo-nos com os outros e para construirmos a nós mesmos, a nossa liberdade e a nossa felicidade” (ibdem).

Na América-Latina, na virada dos séculos XIX para o XX, La Plata, na Argentina, e, Belo Horizonte, no Brasil, foram as duas primeiras urbes planejadas e arquitetadas sob a tônica “moderna” - racional e geométrica, que prescreviam a salubridade, beleza e a higienização dos espaços como elementos centrais.

Diferentemente das inúmeras intervenções urbanas executadas em várias cidades, tanto na América (Washington) quanto na Europa (Paris), Belo Horizonte e La Plata têm suas origens num ato criador único e externo. Para elas, cabe aqui o conceito de “cidades novas”, que se referem, de forma geral, a espaços “planejados e criados conscientemente em resposta a objetivos claramente formulados”, implicando “a existência de uma autoridade suficientemente efetiva para assegurar o lugar, reunir os recursos e exercer um controle contínuo até que a cidade alcance um tamanho viável” (GALANTAY apud ARRAIS, 2009, p. 66).

Todavia - apesar do urbanismo moderno desempenhar um papel fundador nos planejamentos das duas capitais, pois é, sobretudo, com o advento do urbanismo enquanto ciência no século XIX, que a cidade adquire a função social de educar para novos valores da modernidade, através da calculabilidade, precisão, controle e razão -, vale salientar que Belo Horizonte e La Plata não nascem modernas. Elas foram se fazendo modernas, em um processo lento e conflituoso. Porquanto, é na “passagem de uma representação da cidade como mero abrigo, espaço de reprodução biológica das camadas populares para a cidade como espaço de igualdade, de convívio entre iguais que acontece a civilização da cidade” (ARROYO, 1997, p. 24).

As cidades utópicas (e também distópicas), platense e belo-horizontina, no próprio ato fundacional, já apresentam suas limitações modernas, com as villas e cafuas surgindo antes da construção cidadina. E, para fora das Avenidas do Contorno e Circuvalación, toda sorte de “problemas de moradia e transporte, de emprego, de infraestrutura básica, de serviços elementares de saúde e educação, de preconceitos e exclusão” (ARROYO, 1997, p. 26). Pois que o planejamento urbano moderno pode ter se debruçado nestes problemas, mas sob a ótica de administrá-los na lógica racional econômica do capital. “Muitos dos

problemas foram deixados à mercê das possibilidades de cada imigrante, de cada família, de cada grupo social e da lei do mercado e da exploração imobiliária. Eram mantidos no campo do privado e do mercado” (ARROYO, 1997, p. 26).

As elites rio platenses e mineiras preocupavam-se com os problemas citadinos, mas não por conta da ausência de bem-estar da maioria da população, mas, sim, com o receio da insurgência popular e da quebra da imagem de virtude projetada pelo espelho dos ideais republicanos. As elites, na virada do século XIX para o XX, sobretudo a brasileira, estava preocupada com a identidade nacional e, também, a “qualidade da sua intervenção numa conjuntura de recriação institucional atenta à proclamação da sua vocação dirigente e à definição da sua tarefa intelectual, como sendo um exercício de investigação e de prevenção ou correção de rumos” (NUNES, 2000, p. 374).

Portanto torna-se necessária a educação das mentes: as consciências precisariam ser renovadas para a nova época, independentes do passado e do tradicionalismo. Precisariam ser formadas para o individualismo e para a meritocracia, por isto, para o esforço no trabalho através da aquisição de hábitos de auto-orientação e automoralidade, ou seja, a civitas almejada pelas elites (VEIGA, 1997, p. 108).

Neste aspecto, a(s) nova(s) cidade(s) necessitam de um novo homem. Destarte, “os pressupostos dos projetos urbanos e das reformas escolares combinam-se entre si, no sentido de reinventar os sujeitos sociais” (VEIGA, 1997, p. 105). As novas instituições republicanas pressupõem cidadãos conscientes, o urbanismo necessita da pedagogia, assim como a cidade necessita da escola. A urbanidade moderna carece de pedagogias modernas, como, nas palavras de Cynthia Veiga (1997, p. 105), nas “práticas urbanas e escolares no século XIX se fazem presentes as diferentes representações em torno da função social da cidade e da escola”. As escolas e as cidades educam, ou pelo menos deveriam educar, superando “as necessidades concretas de rupturas com formas educativas (re)correntes e que se apresentaram limitadas para a implementação da modernidade social em questões relativas ao trato da individualidade, da privacidade, das políticas públicas [...]. (VEIGA, 1997, p. 105).

As utopias belo-horizontina e platense já nascem excludentes, com a doação de lotes aos “funcionários” de Ouro Preto e de Buenos Aires, e, sem espaço, planejamento ou incentivo para os operários construtores das duas capitais morarem (SAMARRIBA et al, 1984, p. 30). Curiosamente, as cafuas e villas, por sua vez, surgem antes mesmo das próprias cidades, contrastando a “cidade privilegiada”, que vai sendo construída dentro dos limites

das Avenidas do Contorno e da Circuvalación, com as “cidades de provisoriiedades” -, que vão se constituindo fora das ‘muralhas’ planejadas -, como afirma Cynthia Veiga (2002, p. 328).

Belo Horizonte e La Plata, duas cidades latino-americanas, duas capitais desenhadas, planejadas, idealizadas, enfim, sonhadas. Comparadas aqui neste trabalho na tentativa de aproximação historiográfica, na defesa do que Nestor Canclini (2002) afirmou ser nosso continente: “espaço comum”. As cidades-capitais já nascem utópicas e distópicas, com projetos inclusivos para brancos e letrados, e excludentes para negros e trabalhadores. La Plata e BH, dois projetos que se inserem no que Ángel Rama (2015) denominou de Cidades das Letras:

Isso é obra da cidade letrada. Só ela é capaz de conceber, como pura especulação, a cidade ideal, projetá-la antes de sua existência, conservá-la além de sua execução material, fazê-la sobreviver mesmo em luta com as modificações sensíveis que introduz incessantemente o homem comum (RAMA, 2015, p. 47).

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Cristiano Alencar. Belo Horizonte, a La Plata Brasileira: entre política e o urbanismo moderno. **Revista UFG**, Goiana: Junho, Ano XI, Nº 6, 2009.

ARROYO, Miguel. O Aprendizado do Direito à Cidade: Belo Horizonte – a construção da cultura política. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, Nº 26, dezembro, 1997. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n26/n26a04.pdf>> Acesso em 16 de agosto de 2022.

ARRUDA, Rogério Pereira de. Belo Horizonte e La Plata: cidades-capitais da modernidade latino-americana no final do século XIX. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, 6-1: p. 85-123, 2012.

ARRUDA, Rogério Pereira de. **Cidades-capitais imaginadas pela fotografia: La Plata (Argentina) e Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897**. Tese de Doutorado em História – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

BARROS, José Márcio. **Cultura e Comunicação**. Nas avenidas de contorno em Belo Horizonte e La Plata. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005.

BARROS, José Márcio. O Discurso da Modernidade. A fundação de Belo Horizonte como marco enunciativo. **Os Urbanitas** - Revista de Antropologia Urbana, Edição Aguaforte Assessoria Web, ano 1, vol. 1, julho de 2004. Disponível em: <www.osurbanitas.org>

BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. V1. Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto. 2005.

BONASTRA, Joaquim. Higiene Pública y Construcción de Espaço Urbano em Argentina. La Ciudad Higiénica de La Plata. **Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y**

Ciências Sociais. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9788] Nº 45 (28), 1 de agosto de 1999. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-45-28.htm>>

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Um Homem Livre, Uma Cidade Feliz. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte: V. 20, Número I, p. 36-53, Jan/Jun, 2013.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **Latinoamericanos buscando lugar em este siglo**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

GUTIÉRREZ, Ramón. Reflexões sobre o urbanismo do século XIX. In: FRIDMAN, Fania (Org.) **Cidades do Novo Mundo: ensaios de urbanização e história**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2013.

MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. Buenos Aires em armas (Resenha). A revolução de 1880. **Almanack**. Guarulhos, n. 01, p.174-179, 1º semestre 2011.

MUNFORD, Lewis. **A Cidade na História**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NICOLINI, Alberto. **La Ciudad Planificada**. Sítio Eletrônico, Disponível em: <<http://upcommons.upc.edu/revistes/bitstream/2099/5360/6/Article14.pdf>> Acesso em 30 de junho de 2023.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A formação urbana e social da cidade de Belo Horizonte: hierarquização e estratificação do espaço na nova Capital mineira. In: **Temporalidades**, Belo Horizonte Vol. 1 n.2 (ago./dez. 2009), p. 37, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SAMARRIBA, Maria das Mercês G. et tal. **Lutas Urbanas em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora Vozes, 1984.

VEIGA, Cynthia Greive. **Cidadania e Educação na Trama da Cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002, p. 347.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública, processo civilizador, modernidade eurocêntrica e exclusão sociorracial: diálogos com Anibal Quijano e Norbert Elias. In: VEIGA, Cynthia Greive, OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. (org.). **Historiografia da educação: abordagens teóricas e metodológicas**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 49-100.

VEIGA, Cynthia Veiga. Projetos Urbanos e Projetos Escolares: aproximação na produção de representações de educação em fins do século XIX. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, Nº 26, dezembro, 1997. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n26/n26a09.pdf>> Acesso em 25 de junho de 2023.



XV
ENAN
PECE

ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Análisis de sistemas-mundo**: una introducción.
México: Siglo XXI, 2005.